



2343364 00135.215405/2021-58

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A  
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

**NOTA PÚBLICA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS EM REPÚDIO À POSTURA AMEAÇADORA, INCONSTITUCIONAL E ANTIDEMOCRÁTICA EM MANIFESTAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA O PODER LEGISLATIVO FEDERAL**

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH vem a público manifestar sua perplexidade e repulsa à Nota Pública, datada de 7 jul. 2021 e assinada pelo ministro da Defesa e pelos comandantes das Forças Armadas, por meio da qual afrontam em tom ameaçador e de modo inconstitucional e antidemocrático um senador da República no exercício da função de presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.

Como referido na própria Nota Pública, a manifestação das Forças Armadas justificou-se pelo fato de a CPI ter mencionado indícios de práticas ilegais por parte de agentes públicos do Estado e componentes das Forças Armadas. Ocorre que tal investigação é função do Parlamento, por qualquer dos seus membros e organismos operantes, enquadrando-se sua denúncia e determinação de apuração nos marcos dos preceitos constitucionais e legais que norteiam o Estado brasileiro. Afora isso, seria, como é, omissão criminosa, na verdade prevaricação, não tomar a Comissão Parlamentar as providências cabíveis que a situação comporta. Ademais, resta evidente que a presidência da CPI não assacou contra nenhuma das Forças como instituição, mas apontou na direção de servidores públicos, como o são os militares, que têm o dever de zelar pela proibidade administrativa, possivelmente detratada e violada por agentes determinados, repita-se, públicos.

Em tal contexto, o CNDH recorda que o Brasil levou mais de duas décadas para se livrar daquilo que se caracterizou como indevida tutela de militares sobre a vida política, social e econômica do país. Nesse interregno, foram praticadas atrocidades e crimes de lesa-humanidade, revelados e documentados pela História, porém até hoje sem a devida responsabilização dos agentes civis e militares envolvidos.

Não será agora que nossa democracia, que ainda não se faz presente no acesso minimamente igualitário ao conjunto da riqueza produzida pela Nação para seu povo – que pena e morre à conta de um quadro pandêmico cuja gravosa realidade está em muito lastreada na irresponsabilidade da gestão da crise sanitária – que será admitido o retorno de um passado ditatorial funesto e decrépito.

Reforça então o CNDH o repúdio à forma como, por meio de Nota Pública, as Forças Armadas resolveram responder a ato constitucional e democraticamente legítimo de atuação do Poder Legislativo federal, por meio de CPI instalada no Senado da República, revigorando o compromisso deste Conselho com a autonomia dos Poderes, com o zelo pela coisa pública e com o combate à corrupção institucionalizada, de quem quer que seja.

Brasília, 9 de julho de 2021.

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

